

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de Dezembro. -----
Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e três (quinta-feira) pelas dezoito horas, teve lugar no Salão Nobre do Município de Pedrógão Grande, a sessão ordinária, com a seguinte ordem do dia: --

Ordem do Dia

1. **Apreciação das informações escritas do Exmº Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) nº 2, art.º 25º -Lei nº 75/2013 de 12 setembro.** -----
2. **Propostas da Câmara Municipal:** -----
 - 3.1.- Apresentação, apreciação e votação das propostas **Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande:** -----
 - 3.1.1.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2023/850.10.002.01/4. -----
 - 3.1.2.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2023/850.10.002.01/5. -----
 - 3.1.3.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2022/850.10.002.01/34. -----
 - 3.1.4.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2022/850.10.002.01/49. -----
 - 3.2.- Apresentação, discussão e votação da proposta **“Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Pedrógão Grande.”** -----
 - 3.3.- Apresentação, discussão e votação da proposta - **“Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) a aplicar em 2024”** -----
 - 3.4.- Apresentação, discussão e votação da proposta - **“Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2024”** -----
 - 3.5.- Apresentação, discussão e votação da proposta – **“Participação variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)-Ano 2024”**. -----
 - 3.6.- Apresentação, discussão e votação da proposta – **“Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2024”**. -----
 - 3.7.- **“Situação Económica e Financeira do Município de Pedrógão Grande”**, dados referentes ao 1º Semestre de 2023, para conhecimento. -----
 - 3.8.- Apresentação, discussão e votação da **“Proposta de Revisão orçamental nº 4 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Pedrógão Grande para 2023, com impacto em anos seguintes.** “ -----
 - 3.9.- Apresentação, discussão e votação da proposta do **“Mapa de Pessoal para o ano de 2024”**. -----

3.10.-Apresentação, discussão e votação da proposta dos “Documentos Previsionais 2024- Grandes Opções do Plano 2024/2028, Normas de Execução Orçamental para 2024 e Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais 2024”. -----

4. Intervenção do Público. -----

-----Os Membros da Assembleia Municipal registaram as suas presenças no respetivo “Livro de Ponto”. -
-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, informou que chegaria um pouco mais tarde, pelo que o 1º Secretário senhor Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, deu início à sessão, em sua substituição. -----

-----Informou estarem a faltar justificadamente Membros da Assembleia Municipal, nomeadamente as senhoras: Dr.ª **Magda Sofia Alves David** substituída pela Dr.ª **Mafalda Inês David Coelho** da bancada do Partido Social Democrata e as Senhoras Dr.ª **Maria Margarida David Lopes Guedes** e a Dr.ª **Susana Alexandra Antunes Dias José**, tendo a última sido substituída pela Dr.ª **Maria Teresa Denis da Silva**, ambas da Bancada do Partido Socialista. -----

-----A mesa da Assembleia Municipal inicialmente é constituída pelos senhores: Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, em substituição do Presidente da Assembleia Municipal, presidindo à sessão no tempo necessário, sendo secretariado pelos Membros da Assembleia Municipal, Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, em substituição do **Primeiro Secretário** e pelo Membro da Assembleia Municipal senhora Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves**, como **Segunda-Secretária**. -----

-----A Câmara Municipal esteve representada pelos Presidente Dr. **António José Ferreira Lopes**; Vice-Presidente Dr. **Luís Filipe de Jesus Correia** e Vereadora Eng.ª. **Dora Cristina Antunes Santos Rodrigues** e o Vereador Eng.º **Nelson David Fernandes**. -----

-----Ponto um- “**Período antes da Ordem do Dia**” -----

1.1. -Leitura, discussão e aprovação das Atas das sessões anteriores. -----

-----Usando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição, Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, questionou se todos os membros da Assembleia Municipal, já efetuaram as correções que entenderam necessárias ou se pretendiam fazer mais alguma, às atas nº **14 da sessão ordinária de 29 de setembro de 2023** e à nº **15 da sessão extraordinária de 18 de Outubro de 2023**. -----

-----Seguidamente colocou a votação a **ata número catorze, da sessão ordinária de 29 de setembro de 2023** e deste modo foi **aprovada por maioria com uma abstenção** de um Membro que não esteve presente na mesma. -----

Ainda a **ata número quinze da sessão extraordinária de 18 de Outubro de 2023**, e que deste modo foi **aprovada por maioria com três abstenções** de Membros que não estiveram presentes na mesma. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raúl José Piedade Baptista Garcia**, propôs um voto de pesar pelo falecimento do senhor **José Jesus Seco da Cruz**, também por sugestão do membro da Assembleia Municipal senhor Eng.º **Luis Miguel Pereira Crespo**, dado ter sido Membro e candidato a esta Assembleia Municipal, pela lista do Partido Socialista nas últimas eleições. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal em substituição Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, prosseguiu com os trabalhos e em relação ao ponto **1.2.-“Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente”**, referiu que a correspondência foi remetida aos membros da Assembleia Municipal por correio eletrónico, no entanto colocou os documentos presentes ao dispor para quem os pretenda consultar e como é habitual. -----

-----1.3. - Apreciação **por qualquer membro de assuntos de interesse local.** -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal em substituição, senhor Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, deu a palavra aos Membros da Assembleia Municipal que pretendem intervir. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Sr. Professor **António Conceição Henriques David**, após cumprimentar todos os presentes e desejar votos de Boas Festas, deixou três notas, que pretendeu partilhar. -----
----Começando por se referir às obras da APIN, que as mesmas terminaram e as marcações no asfalto não foram efetuadas. -----

----Prosseguiu, questionando qual o ponto de situação relativamente ao seguro de saúde que foi aprovado no ano anterior. Questionou se não seria mais viável canalizá-lo para a contratação de médicos, a fim de colmatar as falhas no Centro de Saúde. -----

----Disse estar outra matéria a causar-lhe alguma perplexidade, nomeadamente o não ter sido presente a esta sessão e referindo-se a uma reunião extraordinária do Executivo havida em Outubro, para a compra de um imóvel para a Petroensino e que supostamente terá de ter a validação da Assembleia Municipal. Questionou, se havia tanta urgência na realização de uma reunião extraordinária para a referida compra, porque não vem refletida na Ordem do Dia. -----

----Referiu que gostaria de ser esclarecido relativamente a que parte é que a Câmara Municipal, comprou a Petroensino, uma vez que é detentora de 49% do capital da Petroensino. Prosseguiu questionando se comprou tudo, se os 51%, e quem é que fez a avaliação do imóvel. Se os 49% correspondem a setecentos mil euros, e deduzindo que a avaliação foi de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, disse não saber efetivamente como foi feita essa avaliação. Questionou qual é o destino que se pretende dar ao imóvel, se é para continuar ou o que se passa concretamente, e se não haveria outras formas mais transparentes de subsidiar a Escola. -----

----Felicitou o executivo pela iluminação de Natal, considerando estar um pouco exagerada, no entanto que a vila está bonita e agradável. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **José Miguel de Jesus Pereira Barão**, agradeceu e seguidamente cumprimentou respeitosamente todos os presentes, desejando a todos umas Festas Felizes e um Próspero Ano Novo, repleto de conquistas pessoais e profissionais. -----

Seguidamente disse pretender abordar os seguintes assuntos de interesse municipal: -----

----"O primeiro assunto respeitante aos "Bairros Comerciais Digitais". Saúdo a Câmara Municipal e a Associação Empresarial Penedo Granada, pela aprovação da candidatura a 100%, financiada pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), num investimento superior a meio milhão de euros. Questiono de que forma se vai materializar e operacionalizar este investimento, que tipo de revolução será esperada ao nível do espaço público e equipamentos públicos. Qual será o papel do Gestor do Bairro. -----

----O segundo assunto respeitante às "Áreas de Localização Empresarial de Pedrógão Grande e do Pinheiro Bordalo na Graça", de que forma está a decorrer a venda dos lotes, se a publicidade feita em outdoors está a ter algum retorno em termos de procura, se foi feita publicidade na comunicação social regional (ex. Diário de Coimbra e de Leiria), e se existe a intenção de novos investimentos, após termos tido conhecimento na última Assembleia Municipal, da intenção de investimento privado numa primeira destilaria artesanal de whisky em Portugal. -----

----Em terceiro lugar, tendo decorrido "um ano da aprovação do Programa de Apoio à Natalidade e Infância", questiono como foi a adesão. Como está a decorrer o programa de apoio à natalidade e primeira infância? Quantas crianças e famílias foram acompanhadas e apoiadas neste primeiro ano? -----

----Em quarto lugar, como estão a decorrer as "obras do Parque de Caravanismo da Graça e do Jardim do Fundo da Vila de Pedrógão"? Qual o prazo previsto para a conclusão dos trabalhos? -----

-----Por último, refiro-me à necessidade de “Requalificação da EN2 entre o tabuleiro da Barragem do Cabril” e o perímetro da Vila junto à Serração, eventualmente com a recuperação de passeios e das bermas, dada a procura cada vez maior desta via por parte de turistas nacionais e estrangeiros. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Mafalda Inês David Coelho**, cumprimentou todos os presentes, passando seguidamente a intervir neste ponto: “Endereço a todos os presentes votos de Boas Festas, sublinhando o desejo de um 2024 marcado por mais iniciativas e sucesso para Pedrógão Grande. ----

-----Saúdo, de igual modo, o Município pelo excelente trabalho realizado nas decorações e iluminária natalícia, que tem feito as delícias a muitos dos nossos munícipes e visitantes. Parabenizar, ademais, a iniciativa “Há Natal em Pedrógão Grande”, que se desdobra por diversas datas e atividades, destacando o miniparque de diversões e a pista de gelo, fomentando o espírito tão característico desta quadra natalícia. -

-----2023 foi, de facto, um ano exigente, com uma agenda preenchida, e convém dar nota e sublinhar o excelente trabalho dinamizado pelo setor cultural do Município. Reforço a importância, já discutida neste plenário, da criação de uma Newsletter ou Revista Municipal, que em formato papel possa dar conta das diferentes atividades dinamizadas, nem que para memória futura. -----

-----Dar nota, ainda, da realização da primeira reunião do Conselho Municipal da Juventude, fazendo votos de um trabalho profícuo deste órgão, e que possa ser um órgão que reúna os vários agentes locais que se relacionam diretamente com a juventude pedroguense. Denota-se um esforço e preocupação com políticas de juventude inclusivas por parte do Município, mas gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre as principais medidas e opções estratégicas destinadas à juventude no próximo ano de 2024, necessitando de se fazer e pensar mais nestas problemáticas. -----

-----Quanto à reabilitação urbana, questionou qual será a estratégia/plano previsto para a Zona do Antigo Hospital, junto ao Centro de Saúde, referindo, pois, ser aquele um edifício importante, com relevância histórica, e cuja qualificação do edificado e área envolvente poderiam resultar em claros benefícios, nomeadamente numa maior harmonia da gestão urbanística da vila. -----

-----Questiono, também o ponto de situação da Estação Náutica. E que projetos e dinâmicas estão a ser elaborados para a preparação da próxima época balnear. -----

-----E no que concerne a este órgão deliberativo, que representa efetivamente os munícipes e permite a fiscalização e escrutínio do poder camarário, é de destacar a qualidade de intervenções das várias bancadas, o debate e troca de ideias, e, sobretudo, um espírito construtivo, sinal de uma democracia participada. Assim, lanço o repto de se permitir uma maior transparência à atividade desta Assembleia, permitindo-se a sua transmissão por meios telemático, com a captação, áudio e vídeo, em direto e online, deste plenário. O Regimento desta Assembleia, neste momento, não prevê a referida captação e transmissão, pelo que seria necessário regulamentar a mesma. Submeto à Mesa dois exemplares de Regulamentos de Transmissão em Direto das reuniões da Assembleia Municipal, do Município do Porto e de Ourém, deixando à consideração do Presidente e restante Mesa e todos os excelentíssimos deputados presentes, gostaria de sublinhar os efeitos benéficos da mesma, na aproximação deste órgão aos munícipes pedroguenses”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Maria Teresa Denis da Silva**, cumprimentou todos os presente e interveio: -----

-----"Estamos a chegar ao dia de Natal, por isso apresento votos de um feliz Natal para todos os pedroguenses.

-----Quero começar a minha intervenção dizendo que, a nossa vila está muito bonita, ontem quando cheguei Dei uma volta de carro e gostei da luminosidade que impera no centro histórico e não posso deixar de me congratular com o facto de, no ano passado ao criticar o “Natal jurássico” ter sugerido, com base no facto da nossa identidade pedroguense contemplar a indústria dos carrosséis como uma actividade de relevo, ter apresentado a ideia de se colocar no jardim da devesa um carrossel como aqueles que vemos nos jardins de Paris. Ora, não temos um carrossel *belle époque* mas, temos um parque de diversões, por isso estamos de parabéns. -----

----Mas, quem me conhece sabe que, eu quero sempre mais e melhor e então lanço um novo desafio para o próximo Natal, agora que está na moda sair de casa no Natal, porque não fazer de Pedrogão uma vila Natal, replicando aqui o conceito dos mercados de Natal do centro da Europa que, como sabemos, atraem turistas de todo o lado. Para isso, convidar os portugueses a virem visitar Pedrógão Grande, bem como a diáspora pedroguense a vir passar o Natal na sua aldeia, na sua terra e mesmo a serem parceiros e ajudarem nesse desiderato que deve ser de todos, pois necessitaria de envolver todas as instituições, associações e os moradores para se empenharem na decoração da fachada das suas casas. Ora, se esta ideia é demasiado ambiciosa, então pelo menos um “comboio Natal” a fazer o percurso até à barragem com paragem no parque de campismo para uma qualquer atividade. -----

----Penso que, este poderia ser um conceito a explorar turisticamente e por isso talvez se pudesse combinar com outras actividades culturais nomeadamente com o festival literário, gastronomia e outras que possam proporcionar diferentes vivências do Natal pedroguense. -----

----Agora gostava de deixar aqui três apontamentos sobre a nossa vila: -----

----O primeiro tem a ver com umas fotografias que o João Viola tem publicado e que mostram que antigamente as cores das casas eram mais coloridas, traziam mais luz e alegria à vila. Efetivamente, cada vez mais, os centros históricos das cidades e vilas estão a voltar às cores tradicionais - talvez a nossa arquiteta possa pensar sobre este assunto. -----

----Em segundo lugar, dado que os municípios estão sempre a reclamar o facto de não haver um supermercado de maior dimensão em Pedrógão e terem de se deslocar à Sertã ou a Figueiró. Como sabem, neste momento temos uma nova cadeia de supermercados a entrar no mercado nacional - estou a falar do Mercadona, então talvez pudéssemos auscultar a direção para perceber se teriam interesse em virem para Pedrógão. -----

----O terceiro apontamento tem a ver com a estudante da ETPZP que ganhou o segundo lugar no concurso gastronómico da Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril, que penso que deveria merecer um reconhecimento público não só pelo seu talento, mas sobretudo por ter utilizado produtos endógenos do nosso rio: o achigã e os lagostins. -----

----Depois, queria deixar uma palavra de apreço ao executivo por ter contemplado no orçamento do próximo ano uma verba para o projeto de alcatroar a estrada norte dos Troviscais. Os promotores do abaixo-assinado estão aqui e por isso, porque o mérito da iniciativa é deles, deixo para eles a intervenção sobre o assunto em causa. -----

----Por fim, enquanto presidente da Casa de Pedrógão Grande queria comunicar que estamos a ultimar os formalismos necessários para a aquisição de uma loja para sede da embaixada pedroguense na capital. A loja escolhida pela assembleia geral de 13/12/23 está situada nas Laranjeiras, perto do Jardim Zoológico. Esta loja está dentro das posses financeiras da CPG mas está em bruto, necessitando de acabamentos e algumas adaptações, pelo que, mais uma vez, apelo ao apoio financeiro da nossa Câmara para a realização destas obras, o que em breve apresentaremos formalmente. Muito obrigada, Um feliz e santo Natal!”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Eng.º **Luís Miguel Pereira Crespo**, cumprimentou “todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passando a referir: -----

----"Tanto quanto consegui apurar na última Assembleia, foi abordado o tema das obras do jardim do fundo da vila, ficando a ideia de que o Arquiteto paisagista é que tinha a responsabilidade do projeto. E de facto é verdade, mas também é verdade que o município tem o dever de aferir, corrigir ou mandar corrigir os projetos que contrata. Bem como assegurar a boa gestão técnica e financeira da execução do projeto. -- O Executivo foi diversas vezes alertado nesta Assembleia tanto antes como no decorrer antes dos trabalhos, sempre foi dito que tudo estava bem e bem planeado. Mas assistimos a execução dos trabalhos mais sensíveis no pico do verão em plena onda de calor, colocando em risco as árvores existentes e deixando um triste postal com a plantação de árvores e arbustos que imediatamente secaram ou entraram em stress para se adaptarem às condições ambientais, que poderão nunca recuperar. Plantações sobrepostas a arvores

existentes. Na rotunda foram destruídos os arbustos existentes que provavelmente tinham o seu valor económico patrimonial (podendo os mesmos terem sido transplantados para outro local antes ou no decorrer dos trabalhos) para se plantarem árvores desadequadas que ofuscam o monumento existente e desrespeitando as normas de construção de rotundas. Passando depois a obra pelo abandono parcial ou total com condições climáticas eram mais favoráveis. Parecendo agora que os trabalhos demoram, será? --- Nos elementos recebidos para esta Assembleia, percebe-se que é necessário realizar trabalhos a mais para os quais se está a elaborar projeto. Projeto esse que provavelmente só terá financiamento do orçamento do Município. O que se passa com esta obra? Será que isto é tudo culpa do arquiteto? Este é que é o bom planeamento e uma boa gestão e coordenação de obra?" -----

-----"Em julho passado ficamos a saber que a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) não foi concluída dentro do prazo previsto. Antes era tudo fácil.... 7 meses eram mais que suficientes. Como a revisão não foi concluída no prazo previsto pela 2.ª vez, vai daí procurou-se qualquer mecanismo que contrariar-se o previsto na legislação. Valeu que o Governo privilegiar quem se desleixou, prorrogando o prazo até ao final do ano. Chegados ao fim do ano e quase ao fim de três anos depois do início não temos esta Revisão do PDM publicada. E agora sr. º Presidente o que vai acontecer, vamos ficar com o PDM SUSPENSO? Vamos começar de novo? Entretanto anda ainda o município entretido com esta revisão que não inclui a revisão da condicionante da Reserva Ecológica Nacional. O regime jurídico desta condicionante está definido no Decreto-Lei n.º 166/2008, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto. Esse decreto lei estabelece o prazo de 5 anos, após a entrada em vigor da Portaria n.º 336/2019, de 26 de setembro, para adaptação da delimitação da Reserva Ecológica Nacional às orientações estratégicas de âmbito nacional e regional. Portanto com data de conclusão desta revisão terá de ser efetivada até 26 de setembro de 2024. Pela experiência que este executivo já tem da revisão do PDM em curso está em condições de garantir o cumprimento desta data? Ou vamos estar novamente em incumprimento?" -----

-----"A 03-10-2022 foi celebrado com um advogado, um contrato para a Elaboração de diversos Regulamentos Municipais o prazo estabelecido da execução era de 1 trimestre. Passados praticamente 5 trimestres qual o ponto de situação destes regulamentos?" -----

-----"Para quem percorre as estradas municipais alcatroadas verifica que a sinalização horizontal desapareceu ou encontra-se bastante desgastada, para quando uma empreitada para a reposição dessa sinalização ou para a aplicação de sinalização de perigo de estradas sem marcação? " -----

-----"Foi noticiado que a ERSURC iria aumentar bastante os custos associados à recolha e tratamento de resíduos. Coisas de modelos de Parcerias publico/privadas que muitos defendem para a APIN. Soubemos também que foi interposta uma providencia cautelar contra os aumentos e diversas assembleias tem aprovado moções de protesto à ERSUC, "devido a estes aumentos. Posto isto pergunto qual o ponto se situação e em que medida estes aumentos irão afetar a população". -----

-----"Município de Pedrógão Grande organizou o seu jantar de Natal para tal contratou um restaurante sediado no concelho vizinho de Góis (nada contra esse restaurante) para servir este jantar de convívio dos funcionários na cantina da escola do Agrupamento que, atualmente (após passagem de competências) está sob a alçada do Município. Porquê de não contactar os restantes do Concelho, ou mesmo solicitar os serviços de restauração da ETPZP, que ainda, há pouquíssimo tempo levou uma sua aluna a uma final de Jovens Talentos de Gastronomia". -----

-----"Passei na estação arqueológica romana do século II onde está instalado um presépio. Esta acção tem parecer favorável da Direção geral património e cultura para montar lá o presépio? Esse parecer também estende a ocultação da placa que identifica as ruínas." -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, marcou a sua presença presidindo à sessão e passou a: -----

-----Informar que a Senhora Dr.ª **Maria Margarida David Lopes Guedes**, não vai chegar a tempo de participar na sessão. -----

----Informou ainda ter sido rececionada uma petição dirigida aos senhores Presidentes do Município, que passou a ler na parte da Assembleia Municipal, tendo salientado que a lista dos peticionários, é extensa. ----
----"**Victor Manuel Neves David**, munícipe da aldeia de Pai Sousa, na qualidade de representante de um grupo de promotores e signatários de uma Petição que visa pugnar pela pavimentação asfáltica da estrada de Troviscais a Campo Maior, CM 1438, com ligação à M 512 Coelhal / Escalos do Meio, e dos ramais dela derivados para as aldeias de Maranhão, Salgueirinhas, Pai Sousa e Escalos Fundeiros, vem informar previamente V. Exa., através de pasta anexa, do teor da referida Petição e respetiva lista de assinantes, que, como declarado na Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2023, temos a intenção de apresentar formalmente na próxima Assembleia Municipal convocada para o dia 21 de Dezembro de 2023. -----
Informo que dei prévio conhecimento do teor da Petição ao Sr. Presidente da Câmara de Pedrógão Grande, conforme comunicação que reencaminho, e solicito os bons ofícios de V. Exa., Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para que a Petição seja referida “antes da ordem do dia” e apreciada pelos senhores deputados. Agradecido pela melhor atenção de V. Exa., subscrevo-me. Com os Melhores Cumprimentos. Victor David”.
Referiu ainda a lista ser extensa. -----
-----Sobre esta matéria alguns Membros intervieram, nomeadamente: -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Eng.º **Luís Miguel Pereira Crespo**, informou ter assinado a petição, inclusivamente os seus ascendentes serem daquela localidade. Considerou ser uma obra de extrema importância para o concelho, no entanto lamentou ter-se esperado 40 anos, para que a obra fosse contemplada no orçamento da Câmara Municipal. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Maria Teresa Denis da Silva**, considerou ser uma obra essencial para o concelho desejando que a mesma seja concretizada. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, disse reiterar o que disse na última sessão da Assembleia Municipal, sobre esta matéria, e que vai de encontro ao que foi dito nesta sessão. Esta situação tem vários anos e trata-se de uma obra estruturante, que liga o norte do concelho ao IC8, sendo uma alternativa à Estrada Nacional 2, servindo populações vizinhas de várias povoações, inclusivamente algumas com acessos sem de alcatrão. Felicita o executivo por ter no orçamento para 2024 indicado a verba, faltando dar seguimento à obra. Será uma obra “marcante” para este mandato.

-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raúl José Piedade Baptista García** e no seguimento do ponto 1.3. - Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local, deu a palavra ao seguinte Membro da Assembleia Municipal: -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **António José Figueira Domingues**, iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes, deixando de seguida algumas questões e observações ao Executivo do Município: -----

----Felicitou o executivo pelas atividades de Natal. -----

----Questionou o Executivo relativamente ao ponto da situação em que se encontrava a criação da Revista Municipal. -----

----Questionou qual o ponto de situação da página web? -----

----Questionou o Executivo qual o ponto da situação das obras de renovação e requalificação do “Jardim do Fundo da Vila”, dado continuarem paradas. -----

----Questionou qual o ponto de situação do “Parque Industrial de Pedrógão Grande”. -----

----Questionou o Executivo Municipal o porquê da Piscina Municipal se encontrar fechada aos fins de semana. O Deputado tem sido confrontado na rua pelos munícipes sem que lhes tenha conseguida dar uma resposta clara. -----

----Alertou, mais uma vez, que as luzes do Jardim da Devesa e da rua frente à Santa Casa da Misericórdia de Pedrogão Grande, junto ao Calvário e frente à Residência de alunos encontram-se desligadas, contrariamente às outras vias públicas de Pedrógão, conforme testemunhado pelo próprio no passado dia 20 de dezembro, pelas 06:45 da manhã. -----

----Parabeniza o Executivo Municipal pela campanha publicitária e programa “Há Natal em Pedrógão Grande” e o “Mercadinho de Natal”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, cumprimentou todos os presentes, desejando votos de Boas Festas. -----

----Deixou um voto de louvor a todos os peticionários/promotores da petição, acompanhada de 690 assinaturas, para pavimentação asfáltica da estrada de Troviscais a Campo Maior, considerando não ter sido trabalho fácil, no entanto, voluntário e uma demonstração da democracia! Observou que muitas das vezes os próprios Autarcas precisam de algo concreto como o exemplo destas demonstrações, para sentirem as necessidades de determinadas populações, que não se limitam a colocar um voto na urna, dado que muitas das vezes, é-lhes exigido mais. Em relação aos mesmos terem sido ouvidos, foi do seu agrado, pois o Orçamento já contemplou esta matéria, desejando que se execute em 2024. Salientou e concretamente a este conjunto de cidadãos, promotores, que a bem da democracia e desta casa, tenha de se saudar, louvar e aplaudir pela iniciativa. -----

----Em relação ao “atraso” do PDM- Plano Diretor Municipal e em sua opinião, considerou não ser culpa do Município, nem dos técnicos, mas devido ao diferendo entre a CCDRC e a APA, questionando qual o ponto de situação e ainda se, pelo facto de não estar aprovado, se está suspenso. -----

----Questionou ainda qual o ponto de situação da “carta de perigosidade de incêndios” que pensa estar suspensa, se não for o caso e estiver ativa, considerou ser pior. Ainda, se há alguma previsão da possibilidade de ser alterada, se se mantém esta estagnação, ou se há alguma solução, pois que deste modo, não lhe parece, que favoreça os interesses dos municípios do concelho. -----

----Referiu o “Regulamento de Apoio aos Bombeiros”, ser do seu conhecimento encontrando-se em discussão, concordando com essa matéria, salientando ter sido este executivo, que efetivamente tratou de dar aos Bombeiros o merecido. Questionou quais os “números” que tem de execução desta medida. -----

----Seguidamente parabenizo quem de direito, pela aplicação via telemóvel para a Igreja Matriz, com a descrição áudio em várias línguas, considerando estar muito bem concebida. Referiu não saber quais os custos, mas ser algo que possa inclusivamente extravasar para outros setores, até a nível de paisagem arquitetónica de Pedrógão. -----

----Referiu-se ao contentor da EN2- Estrada Nacional 2, considerando-o digno bem como o espaço adjacente; a Capela e Jardim da Devesa. Questionou qual a previsão de retirar alguns serviços do CIT- Centro de Interpretação Turística, considerando aquele estar, de certo modo deslocalizado. Referiu ainda ter sido, dinheiro bem aplicado. -----

----Felicitou o Executivo quanto à Iluminação de Natal na Vila de Pedrógão Grande, bem como pelo enquadramento dos divertimentos no largo junto à Padaria. Apreciou também o gesto para com as Juntas de Freguesia de Graça e Vila Facaia, no sentido de estender a iluminação de Natal às sedes das de freguesia. -----

----Agora num momento de descontração, questionou se o Presépio junto ao Jardim da Devesa, tem alvará e se não tem, como é que os Reis Magos entraram, se a palha está desparasitada onde o Menino Jesus está deitado, e a gruta oferece condições de salubridade? -----

----Proseguiu e referiu que o importante realmente são matérias que digam respeito ao bem-estar dos municípios, questionando assim o estado atual da saúde, dado ter havido uma Assembleia extraordinária em outubro, inclusivamente ter-se produzido uma resolução unanime, por parte das três bancadas e se sim qual foi a resposta, se a USF vai avançar e em que termos, se Câmara foi ouvida, quem são os principais impulsionadores da USF e se continuam a ser geridos os interesses das freguesias de Vila Facaia e da Graça, ou se é para avançar à custa do encerramento destas? A terminar considerou serem estas as questões que lhe parecem relevantes, e não propriamente a história do presépio. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, referiu não concordar que seja apelidado de contentor, mas sim “Posto de Turismo”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Sr. **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, cumprimentou todos os presentes, desejando boas festas. -----

----Disse querer manifestar o seu agrado relativamente à petição antes referida, concordando inteiramente com o que foi dito, pretendendo associar-se a essa manifestação, tendo a propósito citando Fernando Pessoa- “Deus quer, o homem sonha e a obra nasce” lembrando que este sonho já tem 40 anos e ser altura de todos contribuirmos, para concretização do mesmo. Salientou a solidariedade destas pessoas que persistem em continuar, e nesse sentido deixou não só o reconhecimento pelo trabalho daqueles munícipes, mas também o agradecimento ou reconhecimento à Câmara Municipal por ter refletido esta obra no Orçamento. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Nélia Maria Henriques Alves**, cumprimentou todos os presentes, desejando votos de Boas Festas. -----

----Referiu o seu agrado pela presença de muitos munícipes na sessão. -----

----Disse concordar com o que já foi dito pelos colegas deputados da Assembleia, salientando que a “*persistência é o único meio de vencer*”, citando o escritor Alemão Johann Goeth, para o movimento que o senhor Vítor conseguiu unir, com uma petição subscrita por mais de 600 munícipes. Sendo de louvar todo o trabalho desenvolvido, felicitando pela forma como o fizeram. Agradeceu também o empenho do executivo neste assunto, verificando que a obra já vem inclusivamente refletida no orçamento. Concluiu, mostrando o seu agrado por esta união, considerando não haver partidos políticos na resolução destes assuntos, mas sim uma vontade de fazer o melhor para a nossa comunidade e servir os munícipes. -----

----Disse querer também felicitar o executivo na pasta do Natal, pois é uma época muito especial, e o executivo tem vindo a “presentear-nos” nos últimos anos, com momentos especiais, que fazem a doçura dos meninos e dos adultos. Ainda referiu que o jardim está muito bonito, o túnel de luzes é magnífico, salientando não conhecer nenhum outro Município que tenha como nós, uma vila com este espetáculo de luzes. Felicitou ainda pela programação do Natal e pela descentralização dos vários dias e locais escolhidos com envolvimento da comunidade. -----

----Relativamente à página Web do Município, considerou estar um pouco melhor, com a colocação do novo logotipo, com diversa documentação disponibilizada aos munícipes e na hipótese de não haver, por enquanto, uma nova página Web, que se possa disponibilizar a informação necessária aos munícipes. Por fim, questionou para quando está prevista a nova página Web do Município de Pedrogão Grande. -----

----Também já recebeu informação da nova aplicação da Igreja Matriz e sugerindo fazer-se isto para outros monumentos, acreditando ser o início, ficando na expectativa para este progresso informático. -----

----Relativamente à ALE- Área de localização Empresarial, questionou para quando a entrada em ação dos futuros empresários, e qual o desenvolvimento nesse tema. -----

----Quanto ao novo Posto de Turismo, referiu ter sido a própria que nesta Assembleia que falou desta matéria, dando exemplos de outros concelhos vizinhos, felicitando, assim, o Executivo, pois é “uma marca” e Pedrogão Grande tem a sorte de ser um dos municípios contemplado pela Estrada Nacional 2 e deve fazer de tudo para aproveitar esse turismo. Salientou a necessidade de muitos empresários aproveitarem esta oportunidade de poder servir as pessoas que nos visitam, oferecendo uma imagem de excelência. Disse também não gostar do nome dado de “contentor”, mas sim de Posto de Turismo. Considera estar colocado numa zona estratégica muito bonita, disse que até se poderia ter pensado em colocar logo no início da Vila, mas deste modo “obriga” quem nos visita a descobrir a nossa vila, e não só a carimbar o livro. Questionou se há trabalhadores para alocar a este Posto de Turismo e em que períodos o poderão fazer, inclusivamente aos fins de semana e feriados. -----

----A terminar a sua intervenção disse ter falado anteriormente nos Gabinetes de apoio ao empresário e ao município, questionando se há previsão ou alguma alteração nesse sentido. Ainda disse que Gabinetes como estes são muito importantes para facilitar a vida aos munícipes, para que saibam exatamente onde se possam dirigir, para o setor certo e serem atendidos pelos respetivos funcionários. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal senhor Dr. **Raúl José Piedade Baptista García** e a título excecional deu a palavra ao Município senhor **Víctor Manuel Neves David**. -----

-----O senhor **Victor Manuel Neves David** dirigiu a palavra aos Senhores: Presidente da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande; Presidente da Câmara de Pedrógão Grande; Vice-Presidente; Vereadores; Deputados e Presidentes de Juntas de Freguesia de Pedrogão Grande, Graça e Vila Facaia, na sequência da Declaração sobre a Petição apresentada à Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2023, pugnando pelo asfaltamento da M1438, com ligação à M512 Coelhal / Escalos do Meio, e ramais das povoações dela derivados. -----

----“No seguimento da declaração por nós apresentada na Assembleia Municipal de 29 de Setembro último, dirijo-me novamente a V. Exas. na qualidade de munícipe da aldeia de Pai Sousa e representante de um grupo de promotores e signatários de uma Petição endereçada ao Sr. Presidente da Câmara de Pedrógão Grande, Dr. António Lopes, cuja entrega agora formalizamos perante todos os responsáveis autárquicos com assento nesta Assembleia Municipal, que reuniu 642 subscritores, 19% do total dos munícipes do Concelho, e que visa pugnar pela pavimentação asfáltica da estrada de Troviscais a Campo Maior, CM1438, com ligação à M512 Coelhal / Escalos do Meio, e dos ramais dela derivados para as aldeias de Maranhão, Salgueirinhas, Pai Sousa e Escalos Fundeiros. -----

----A maior parte dos signatários desta Petição, foram os residentes das povoações dependentes do CM1438, o conhecido “Estradão”, os do Mosteiro, Troviscais, Coelhal, Escalos Fundeiros, Escalos do Meio, Escalos Cimeiros, Regadas, Vergeira e Derreada, que a assinaram massivamente, mas também, numerosos munícipes de várias localidades, em solidariedade comum pelo desenvolvimento da região em causa e do Concelho em geral. Destacamos a assinatura dos Presidentes das Juntas de Freguesia, a quem desde já agradecemos a solidariedade do Presidente José Henriques da Junta de Freguesia de Vila Facaia e do Presidente Custódio Rosa da Junta de Freguesia da Graça, como o insistente apoio da Presidente Fátima Neves da Junta Freguesia de Pedrógão Grande, a nossa Presidente de Junta, a quem dirigimos, afetuosamente, reconhecido agradecimento. -----

----Esta Petição não visa afrontar ninguém, procura apenas colocar na ordem do dia uma obra necessária às populações dela dependentes, solicitada desde há 40 anos, desde a década de 80, ao tempo do Presidente Manuel Coelho, a quem é devida a merecida homenagem por nos ter legado uma indelével obra, o IC8 às portas de Pedrógão Grande, a mais relevante do seu mandato. Nessa altura, por solicitação autárquica e colaboração da população de todas as aldeias dependentes da CM1438, foi promovido um peditório para angariar meios monetários de apoio ao esforço autárquico para asfaltar a CM1438, de que resultou apenas o alargamento da via sem a concretização do seu asfaltamento. E assim permaneceu até agora, de executivo em executivo, de mandato a mandato. Se alguém já investiu dinheiro na CM1438, foram os munícipes contribuidores dessa verba reunida nos princípios e longínquos anos 80. Que aqui fique mencionado para memória futura. Entretanto, a população pediu, ajudou, esperou, desesperou, e, tristemente, muitos já faleceram sem a verem concretizada, deixando aos seus descendentes uma luta que era a deles, com o intuito de lhes legar melhores acessos às suas aldeias residentes, e, por consequência, melhores condições de vida. Não contribuíram monetariamente para que o CM1438 fosse utilizado para um rali anual, que se deixou de fazer há anos, de nenhuma valia económica para o Concelho, muito menos para a região, cujo arranjo superficial da estrada era feito antes do rali e esquecido e degradado o resto do ano, mas para terem melhor trânsito e acesso às suas aldeias. Para ralis em terra batida existem outras vias no Concelho, sem se sacrificar uma via fundamental para tantas aldeias e população em geral. -----

-----Esta presente Petição, esta saudável cidadania participativa, é a maior mobilização cívica em torno de um projecto essencial para a valorização das populações e do território, que alguma vez o Concelho de Pedrógão Grande teve oportunidade de viver. Ninguém lhe pode ficar indiferente, ninguém a pode escamotear, muito menos os responsáveis autárquicos, todos, nas suas diferentes atribuições, por quem governa a autarquia e por quem lhe é oposição, eleitos democraticamente, pelo voto representativo dos munícipes, a quem todos devem servir com espírito de missão, responsabilmente, construtivamente, sem jogos políticos ou sustentação de lóbis sectários que traíam o interesse geral do Concelho e da sua população. Costumo dizer, que uma autarquia não é o primeiro “poder público” junto das populações, antes o primeiro “serviço público” junto das populações, porque é assim que em democracia se deve entender um serviço de Estado. Todos foram voluntariamente eleitos representantes para servir a causa pública, sem distinção, dos que governam ou são oposição, com o devido cuidado de trabalharem para o bem comum dos seus representados, com bom senso, espírito de missão, pela melhor razão e valor. -----

-----Perante a desgraça do incêndio de 2017 e de anteriores décadas de atraso endémico, o que precisamos, todos, é de ter um Concelho ecologicamente sustentado, de uma economia florestal e agrícola que não agrida o ambiente, que diversifique o investimento e o produto. Precisamos de colocar em prática políticas que sirvam o interesse geral das populações, a conversão e a diversidade económica da floresta e dos terrenos agrícolas, através dos diferentes programas e recursos disponíveis de apoio à floresta e à agricultura, para que as pessoas, individualmente e privadamente, possam gerir e manter as suas propriedades herdadas de parentes ancestrais, através de rendimentos sustentáveis, sem que as tenham de vender ao monopólio do eucalipto, sem autorização e regra, que adultera a paisagem, desertifica o território e nos escasseia a água, tão essencial às actividades agrícolas e das populações em geral. É essencial diversificar as oportunidades de investimento, precisamos de políticas autárquicas que promovam o desenvolvimento sustentável e harmonioso do território, a coesão social e económica. Em pleno século XXI, as boas vias de comunicação terrestres são essenciais a esse propósito, para atrair investimento, criar riqueza, fixar as populações e atrair novas, manter e desenvolver os lugares, atrair investimento diversificado e criar riqueza. É disto que necessitamos! -----

-----Os signatários desta Petição agradecem ao executivo camarário, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Lopes, a inclusão da obra solicitada no plano de actividades e orçamento para o próximo ano de 2024, como me foi garantido pelo Sr. Presidente da Câmara e pela Sra. Vereadora Dora Rodrigues, em recente conversa informal, pelo que confiamos na palavra dada quanto à sua efectiva concretização. As populações saberão dar o devido reconhecimento pelo benefício prestado, porque quem trabalha para suprir as reais necessidades dos munícipes, jamais é esquecido, cria nome, consideração e memória. -----

-----A melhor gratificação pessoal é sermos reconhecidos pelo bem que fazemos. Pedrógão Grande, 21 de Dezembro de 2023. Victor Manuel Neves David. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, para responder aos Membros da Assembleia. -----

----- Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, agradeceu as intervenções dos Membros da Assembleia Municipal, desejando Boas Festas a todos e prosseguiu referindo que em relação às obras da APIN, haver ainda marcações a serem feitas, aguardando que terminem para posteriores contratualizações. -----

-----Em relação à saúde, estão a aguardar o desenlace de certas questões, e ainda o seguro estar ativo. -----

-----Relativamente à compra do imóvel da Petroensino, informou que a operação não vai avançar. Sobre esta matéria dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia disse que gostaria de fazer uma proposta, dado tratar-se de uma participada importante, e fazer-se uma Assembleia Municipal extraordinária, para discussão e possível solução. -----

-----Em relação às luzes considerou haver uma concentração muito grande no centro da vila, pelo que para o ano será equacionada a sua dispersão. -----

-----Considerou muito interessante a ideia do comboio de Natal, e será repensada. -----

-----Prosseguiu e em relação aos “Bairros Comerciais Digitais”, disse estarem a trabalhar em conjunto com a Associação Empresarial, havendo já uma contratualização e demais “démarches” sobre a matéria. -----

-----Referiu também a possibilidade de uma aplicação direcionada para os comerciantes da zona histórica da vila, onde poderão inclusivamente mostrar os seus produtos, matéria esta, tratada a nível Nacional. -----

-----Em relação á zona Industrial da Graça e ALE- Área de Localização Empresarial, foi feita uma escritura de venda nesta data. Salientou a diversa publicitação feita àquela, e que continuará nos mesmos moldes, a fim de se obterem resultados. -----

-----Prosseguiu e referindo-se ao programa da Natalidade, e dos vinte e cinco processos apresentados, vinte e três candidaturas foram aprovadas e duas indeferidas, no total de nove mil seiscentos e sessenta euros. --

-----O Parque de Caravanismo da Graça, ainda não prosseguiu dado o problema da cancela e a necessidade de determinado software, dando a palavra ao senhor Vice-Presidente Dr. **Luís Filipe Jesus Correia**, que após formular votos de Boas Festas, informou que efetivamente só falta a instalação das cancelas e do software adequado, e corrigido, havendo ainda a necessidade de se fazer um protocolo com a Associação de Caravanismo. Estando ainda a ser desenvolvidas os trabalhos necessários relacionadas com esta matéria. ---

-----Quanto á EN2 será efetivamente necessária atualização de sinalização, tanto mais que o dia 10 de junho de 2024, será comemorado no concelho de Pedrógão Grande, estando já orçamentada sinalização e que Pedrogão Grande fez parte de um projeto piloto a nível Nacional e em parceria, para este tipo de sinalização e já se encontra ativo. -----

-----Disse estarem também aferir a estabilidade das barreiras, que em sua opinião parecem muito instáveis. -----

----- Em relação ao Orçamento Participativo está a ser tratado o respetivo Regulamento. Sobre a matéria a vereadora senhora Eng^a **Dora Cristina Antunes dos Santos Rodrigues** deu uma breve informação do andamento do processo em desenvolvimento, que no referido Orçamento Participativo haverá uma parte direcionada para o O.P. Jovem. -----

-----Disse estarem a avançar com a estratégia local de habitação, inclusivamente a preços controlados, prazos e demais matéria está de igual modo a ser estudada e equacionada. -----

-----A “Estação Náutica” informou a candidatura ter sido feita. -----

-----A pintura do centro da vila seria uma ideia fantástica, considerou. -----

-----O “Mercadona” supermercados, seria também uma mais-valia, apesar dos vários esforços infundidos terem sido infrutíferos, apesar de terem terrenos e condições para a instalação, simplesmente que não têm ninguém com influência que o concretize. Pelo que a Dr. Teresa Denis informou que cederá um contacto. --

-----Relativamente ao “Jardim do Fundo da Vila” e solicitando o apoio da Sr^a Engenheira Sofia Carmo, informando que a obra irá ser concluída em Março de 2024, em relação ao projeto a obra estará quase completa, faltando somente uma pequena instalação. -----

-----Ainda o senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu referindo que a carta de perigosidade foi suspensa até 31 de dezembro de 2024, e que a CIM da Região de Leiria vai suspender os trabalhos de elaboração da carta de perigosidade estrutural, no primeiro trimestre do ano, da comissão sub-regional de gestão integrados fogos rurais para clarificação do processo e acolhimento das indicações do Município. A CIM de Dão Lafões já suspendeu esses trabalhos. A última conversa em reuniões que participei, sobre as albufeiras, em que falaram sobre a alteração ao POA (plano de ordenamento da albufeira), o Sr. Presidente da Câmara de Vila de Rei, referiu na reunião da ANMP de Energias Renováveis, que queriam passar o limite de abrangência da salvaguarda do POA de 500 metros para 1000 metros na Albufeira de Castelo do Bode. –

-----Deu a palavra ao Técnico Superior Dr. **Bruno Miguel Antunes Gomes**, referiu “que era uma má noticia, que confirmou a referência do presidente da Câmara de Vila de Rei para a possibilidade de passar o limite de abrangência da salvaguarda do POA de 500 metros para 1000 metros na Albufeira de Castelo do Bode, o que levaria que a vila de Pedrógão Grande inclusive ficasse cerca de 80% dentro do POA, e que o problema não

é o governo, mas a estrutura nacional de planeamento a DGT e das regras que esta e outras entidades nacionais demandam para os territórios.” -----

-----O Presidente da Câmara Municipal disse que “chegaram agora os trabalhos finais de alteração do PDM e que o Município vai entrar em consulta pública. Neste momento, ocorreu uma discrepância entre a CCDRC e a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) na alteração ao PDM”. -----

-----O Técnico prosseguiu que “o Executivo Municipal aprovou a abertura da discussão pública do PDM. Referiu que esta alteração deve ser debatida por toda a população, até porque esta proposta vai durar 10 a 20 anos, alertando para a dificuldade de alterar no futuro este plano. -----

Dando exemplo de um mau planeamento: a principal zona industrial do PDM de 1995 estava dependente da construção de uma estrada que nunca foi feita e logo a zona industrial também não foi construída, perdendo-se a localização de muitas empresas em Pedrógão Grande. -----

Numa primeira fase a alteração ao PDM foi rápida, no entanto, quase todas as propostas apresentadas foram chumbadas, tínhamos 36 aldeias em área de edificação dispersa, as 36 foram chumbadas, as 5 ou 6 áreas urbanizáveis industriais propostas a passar a solo urbano foram quase todos chumbados, as áreas urbanizáveis para habitação propostas a passar a solo urbano em volta da vila foram quase todas chumbadas, só tendo sido uma aprovada condicionada. -----

Tal como outros Municípios poderíamos ter aceite e aprovado estas decisões e já teríamos a alteração ao PDM aprovada. E deu alguns exemplos de localidades que ficariam sem a possibilidade de edificar. ----- Era fácil aceitar, depois a consequência era as pessoas não podem construir. -----

Nesse sentido o Município fez diversos relatórios para justificar as propostas junto da CCDRC, como foi o relatório da atração e impacte no concelho de cidadãos estrangeiros, dando exemplo que por cada pessoa que morre ou vai embora de Pedrógão Grande, vem um cidadão estrangeiro e o Município demonstrou este facto com provas e dados oficiais, de forma a que a CCDRC aceita-se quase todas as propostas do Município de Alteração ao PDM, o que há um ano atrás, haviam chumbado, reforçando que foi este argumento da atração de cidadãos estrangeiros, e o argumento que recebemos mais IMT da venda de imóveis do que os 3 vizinhos juntos para o litoral. -----

Houve um trabalho que se fez, e se queríamos ser mais rápidos queríamos, no entanto surgiu um diferendo com a APA, devido à transposição do POA do Cabril e Bouçã para o PDM, onde o Município acolheu na integra a proposta da CCDRC, não mexendo um ponto, uma virgula, porque não nos deixaram mexer em nada, foi assim que o Município fez e a Assembleia Municipal aprovou. -----

No Parecer da APA da alteração ao PDM todas as proposta foram chumbadas referindo que caso o Município quisesse avançar perdia a legitimidade de aprovar o plano, passando esta competência para o Governo, porque o POA é um plano nacional que abrange ainda outros concelhos. Este processo, pode demorar vários anos e por outro lado o município está condicionado pela lei dos solos para aprovar a alteração até 31 de dezembro para concluir este plano. -----

Então o executivo teve de optar e como a CCDRC deu parecer positivo a muitas proposta inclusive na zona da albufeira, decidiu-se acabar este plano e depois iniciar uma proposta de alteração para a zona do POA.

Nesse sentido o Município retirou todas as proposta de forma a obter parecer positivo para concluir o plano. A APA após a retirada das propostas foi analisar a transposição do POA do Cabril e Bouçã para o PDM, onde o Município acolheu na integra a proposta da CCDRC e APA e reprovou a proposta pela razão da transposição ter sido incompleta na opinião dos atuais técnicos da APA, reprovando a todos os municípios destas albufeiras. -----

O Município foi vitima do diferendo de opinião das técnicas da APA e da CCDRC. -----

A técnica da CCDRC, respondeu no seu parecer positivo da alteração ao PDM “... as alterações ao PDM na zona da albufeira foram ultrapassadas uma vez que o Município retirou as propostas na zona do POA...,”

A técnica da APA comunicou ainda que ocorreu um pequeno desfasamento ao nível da cartografia. Esta proposta teve várias análises e pareceres emitidos pela APA no âmbito da elaboração dos planos de pormenor de Vale de Gois e de Vale de Barco 2009), da revisão do PDM em 2015 que teve parecer da APA e nunca foi referida esta questão. -----

A reunião por videoconferência da conferência procedimental com a APA nesta salão decorreu de forma muito atribulada e negativa, porque após retirar todas as propostas o Município via o parecer negativo, por novas situações que surgiram fora de tempo e de contexto e após pareceres anteriores da APA e que desta forma vieram atrasar mais uma vez o processo, sendo que após contactos telefónicos e por email ficaram de enviar resposta o que até à data não aconteceu. -----

Após a resposta da APA o Município não pretende contestar, pretende aceita-las todas as propostas porque são regras nacionais, para não atrasar mais a alteração ao PDM. Houve um Município vizinho que avançou com alteração ao PDM sem considerar o parecer da APA porque não o recebeu, mesmo passado muitos meses da reunião. -----

A não alteração ao PDM pode implicar a suspensão parcial de algumas zonas do PDM que estão a ser alteradas, bem como, a suspensão de alguns fundos comunitários. -----

Espera-se que ocorra ainda a prorrogação do prazo por mais 1 anos porque existem muitos Municípios que estão atrasados. -----

Podíamos ter avançado mais, no entanto não tínhamos consigo, o que se conseguiu, o concelho hoje tem 90 hectares de áreas de atividades económicas, dos quais 80 hectares a menos de 1 km do nó do IC8. Conseguiu-se uma área urbana quase seguida até à Tojeira. -----

Vejam a proposta da Câmara que é muito importante para as localidades de Vale de Barco Tojeira, Escalos Fundeiros pela proximidade a Pedrógão Grande e à albufeira.

Relativamente à REN, o Município tem de rever a REN até setembro de 2024, em novembro o Município recebeu uma comunicação da CCDRC sobre este assunto. Contactei a eng. responsável da CCDRC sobre o ponto situação dos municípios na alteração à REN e esta informou tirando os municípios que estão a fazer a revisão total do PDM, nenhum em alteração concluída ou não, está a alterar a REN ou iniciou o procedimento de alteração. -----

Os Municípios têm medo que a elaboração da REN aumente em muito as áreas protegidas e condicione ainda mais o território. -----

Acrescentando que o Município tem uma carta de perigosidade em vigor, do seu plano municipal, uma vez que a carta nacional foi suspensa até 31 de dezembro de 2024. -----

Se esta entrar em vigor o concelho ficará desta forma: 90 % da freguesia de Vila Facaia fica em APPS, 82 % da freguesia da Graça em APPS e 80 % da freguesia de Pedrógão Grande fica em APPS, que não dá para fazer nada, havendo apenas 7 a 8% de zona urbanas para construção. Depois as pessoas ainda têm de respeitar outras regras como a REN. -----

Estas regras definidas a nível nacional estão a condicionar em muito as estratégias municipais. -----

Resumindo: -----

Temos muitas coisas boas nesta proposta de alteração ao PDM; -----

Temos uma boa expansão da Vila de Pedrógão Grande para norte; -----

Temos uma boa bolsa de áreas para atividades económicas com localização estratégica junto aos nós do IC8. Temos de ponderar a alteração ao POA por causa da questão de passar a área de proteção da albufeira de 500 metros para 1000m, passando de uma questão má para uma questão muito má, pretendia-se solucionar a questão urbanística de Vale de Góis e parcialmente Pesos, Ousenda, mas se obrigarem a passar a 1000 metros, estaremos a trazer problemas a muitas outras localidades inclusive Pedrógão Grande. -----

Alerta-se para a participação da população porque estas regras estarão em vigor durante 10 a 20 anos e depois não se podem alterar, até porque se a perigosidade ficar em 80, 70, ou 60 % do concelho, não se poderá fazer quase nada e na prática só se poderá construir nestas áreas urbanas ou rurais de edificação, agora definidas. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, prosseguiu e referindo que em relação ao Presépio, foi um pedido dos Escuteiros e havendo essa possibilidade foi concedida autorização e tendo em consideração que aquele espaço não está classificado como Património. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Batista García** e em relação ao Presépio e matéria contestada pelo senhor Engº Luís Crespo, referindo que se está num concelho onde 99% da população é católica, lamentando que tenham sido levantadas essas questões. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, referiu não estarem reunidas condições para a abertura da Piscina Municipal ao fim de semana, e ter a ver com a gestão de recursos humanos. -----

----- O horário da iluminação tem a ver com a eficiência energética e racionalização e está regulada por relógio, conforme explicação do senhor Vice-Presidente Dr. **Luís Filipe Jesus Correia**. -----

-----Em relação aos Bombeiros Voluntários informou o apoio concedido aqueles e que o Regulamento está a ser equacionado. -----

-----Está a ser equacionada a descentralização de serviços, do CIT. -----

-----Em relação ao tema “Saúde”, disse não ter nenhuma informação em concreto se a USF vai ou não avançar e em que moldes. -----

-----Em relação á pagina Web está em tratamento, estando a submeter a segunda fase. -----

-----A Revista Muncial disse estar em andamento, tendo sido sugerido pelos Membros diversas opiniões que poderão ser postas em prática, nomeadamente a dinâmica da mesma e inclusivamente a criação da brochura Municipal. -----

-----A terminar referiu o licenciamento da Antena de comunicações. -----

2. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, fez referência aos documentos enviados para os membros da Assembleia Municipal, relacionados com a situação financeira do Município a 06 de dezembro, disse ser o saldo atual das dívidas a Empreiteiros 0,00€ (zero euros), a Fornecedores de 149 699,42€ (cento e quarenta e nove mil e seiscentos e noventa e nove euros quarenta e dois cêntimos). O Resumo Diário da Tesouraria na mesma data de Operações Orçamentais de 1 829 472.06€ (um milhão oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e dois euros e seis cêntimos) e operações de tesouraria de 110 495,52€ (cento e dez mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos). -----

3. Propostas da Câmara Municipal: -----

3.1.- Apresentação, apreciação e votação das propostas Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande: -----

3.1.1.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2023/850.10.002.01/4. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, referiu estar o Regulamento a discussão, não haver necessidade para se aprovar de se ter acesso à informação, pelo que é importante esta atualização. Esta matéria já vem do anterior executivo, no entanto nunca avançou, apenas agora com este executivo, pelo que felicitou os mesmos. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Professor **António Conceição Henriques David**, questionou se os benefícios sociais aos Bombeiros estão em condições de serem votados, lamentou ser recorrente estes processos não estarem completos e por vezes, mal instruídos. -----

-----Os Membros da Assembleia Municipal Dr.^a **Nélia Alves** e Dr. **Rui Capitão** são de opinião que estes processos não têm de vir à Assembleia. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, referiu que a “instrução dos processos é deficiente, e vamos calar-nos por serem Bombeiros, se calhar sim... é um processo deficiente, mas não vai votar contra e se a Câmara concorda e traz para votar, é porque entendo que sim”, referindo que o ónus não fica sobre si como Membro da Assembleia. O primeiro responsável é o requerente, se tem um prazo para cumprir, só tem é que cumprir, por isso haver a necessidade de haver um Regulamento. Ainda e desde que cumpra com os requisitos materiais, não tanto com os de substância; como ser bombeiro voluntário pagar IMI, ter cá casa, pelo que se materialmente cumprir “fecha os olhos apesar de não gostar de ver estas anomalias, e pelo que analisou do caso pareceu-lhe que materialmente correto. -----

-----Considerou favorável a entrega de propostas, que ajudem a melhorar o Regulamento. -----

-----Ainda sugeriu, bem como o Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, pretendem que seja informada a Direção dos Bombeiros, desta matéria. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal senhor **Américo da Fonseca Rocha**, referiu que a bancada do PS também vota favorável. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Professor **Antonio Conceição Henriques David**, questionou se, se está em condições de votar? -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, deixou uma recomendação para que esta matéria não volte à Assembleia Municipal, sem que os processos, estejam devidamente instruídos. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos “Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande – Processo nº2023/850.10.002.01/4, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

3.1.2.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2023/850.10.002.01/5. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos “Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande – Processo nº2023/850.10.002.01/5, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

3.1.3.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2022/850.10.002.01/34. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos “Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande – Processo nº2022/850.10.002.01/34, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

3.1.4.-Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande - Processo nº2022/850.10.002.01/49. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos “Benefícios Sociais dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande – Processo nº2022/850.10.002.01/49, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

3.2.- Apresentação, discussão e votação da proposta “Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Pedrógão Grande.” -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Mafalda Inês David Coelho**, referiu que de facto o Orçamento Participativo tem um valor comunitário positivo, cria sinergias e dinâmicas de contacto com a população importantes, devolvendo a palavra à sociedade civil, ser um sinal de uma democracia participada. Questionou a possibilidade de o desenvolver, com a participação das escolas. -----

----- A Srª vereadora Engª Dora Rodrigues disse ser esse o objetivo. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **José Miguel Jesus Pereira Barão**, saudou o executivo pela apresentação do Orçamento Participativo, considerando que é um instrumento que aprofunda a democracia participativa e cidadania ativa, sendo um defensor da sua implementação. Defendeu ainda que o Orçamento Participativo pudesse ser dotado, com a parcela da participação variável do município no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) de 2024. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, considerou este ponto relevante pois o Orçamento Participativo é algo inovador, nunca foi feito em Pedrógão Grande, sendo o valor de 15.000 €. Está com expectativa em relação a esta matéria, considerou ser um trabalho da parte do executivo que “não se vê, mas que está feito”, ser uma boa iniciativa, um ato democrático, inserindo deste modo os Municípios na vida ativa e política. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos “**Regulamento Municipal do Orçamento Participativo de Pedrógão Grande.**”, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

3.3.- Apresentação, discussão e votação da proposta - “Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) a aplicar em 2024” -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta de “Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aplicar em 2024”, tendo sido aprovada por **unanimidade**, a Fixação da Taxa Municipal de Diretos de Passagem (TMDP) a aplicar em 2024 e fixar em **0,25%**. -----

3.4.- Apresentação, discussão e votação da proposta - “Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2024” -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **José Miguel Jesus Pereira Barão** sobre esta matéria, saúda as palavras do senhor presidente de reverem o lançamento da “Derrama Municipal” no futuro, dada a necessidade de se atrair novos investidores e empresas para o concelho. Defendeu a criação de um terceiro

escalão que isente as empresas em algumas circunstâncias, nomeadamente as que criem um determinado número de postos de trabalho num ano ou que deslocalizem a sua sede social para o concelho. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal senhor **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, considerou ser este assunto, um sinal que se dá, de apetência e de captar investidores. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Nélia Maria Henriques Alves**, referiu que o executivo tem feito um grande esforço em relação ao turismo, havendo a necessidade de desenvolver também o setor empresarial. Deu como sugestão, pensar-se na elaboração e implementação de um regulamento abrangente de apoio aos empresários e ao tecido empresarial. Disse haver empresas de Pedrogão com sede em concelhos vizinhos e “é nosso dever recuperar esses empresários” e “sermos diferenciadores”. Concluiu, felicitando o executivo por ter já essa visão para o futuro. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos **“Lançamento da Derrama a cobrar no ano de 2024”**, tendo sido **aprovada por maioria com treze (13) votos a favor e quatro (04) abstenções**. -----

3.5.- Apresentação, discussão e votação da proposta – “Participação variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)-Ano 2024”. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Professor **Antonio Conceição Henriques David**, referiu que de certa maneira concorda com a devolução destes quatro por cento de IRS, disse discordar totalmente da fundamentação do senhor Presidente, de quem paga IRS, 45% das famílias não pagam IRS, 40% pessoas com mais de 75 anos que também não pagam o IRS porque estão reformadas. Andamos a falar de 25%, mas 10% apoio a quadros técnicos que queiram vir para o nosso concelho porque propriamente às famílias mais carenciadas é uma medida inócua, que não traz benefício nenhum, vai trazer a quem ganha, aos que pagam o IRS a 10 ou 15% concluindo que os outros não ganham para isso. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo José Martins Simões**, cumprimentou todos os presentes, disse querer parabenizar pela descida da retenção em sede de IRS, disse ter sido uma das medidas do executivo, e que nós contrariávamos pois ia desprometer a população e é preciso que haja atratividade.

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Maria Teresa Denis da Silva**, referiu ser no mesmo sentido do ano passado. Referiu ter crescido em Pedrógão Grande, mas viver em Lisboa, desejando que as pessoas possam mudar, voltar e residir em Pedrógão Grande sem ser penalizadas, considerando haver muitos idosos que passam parte do ano, mas que não têm cá sua residência. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal senhor **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, tem vindo a defender que o imposto devia ser devolvido na totalidade, e estamos a falar de uma verba que é o instrumento que se tem para a classe média, as classes mais desfavorecidas têm apoio do poder central. Há os que vivem noutra local, mas que poderiam viver aqui, e ser diferenciador, estamos a falar de uma verba que pode atingir 50 a 60 euros/mês, e serem valores substanciais, pelo que deixa um desafio para o orçamento do ano que vem, e se possível devolver na totalidade. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, congratulou o executivo por esta iniciativa, referindo o ter já defendido em anos anteriores, sendo de opinião que efetivamente deveria ser dado este benefício. Disse “Isto é um pau de dois bicos, pois somos um concelho do interior, temos

carências, temos de atrair pessoas. Este é um dos fatores que alavancam a subida da receita do orçamento do Estado, número de residentes, a par da dimensão territorial, tendo em conta que 80 a 90% da receita é rígida e é proveniente do Orçamento do Estado. Considerou que seria positivo, que as pessoas que tenham residência fora do concelho e que não sejam penalizadas, se assim o entenderem, transfiram a residência para Pedrógão Grande, pois será um dos fatores para aumentar a receita. Por outro lado, também reduz a receita referente a este imposto. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos **“Participação Variável do Município no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - Ano 2024”**, tendo sido **aprovada por unanimidade**-----

3.6.- Apresentação, discussão e votação da proposta – **“Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2024”**. -----

-----O vereador senhor Eng.º **Nelson David Fernandes**, pediu a palavra ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para intervir, pelo que de seguida e após cumprimentar os presentes e desejar votos de boas festas, informou esta Assembleia Municipal, do que se passou em reunião de Câmara. Referiu não ter votado contra, que se manifestou efetivamente foi contra o imposto municipal da forma como ele existe, porque considera que é um imposto injusto, pois que muitas vezes se herda um imóvel e tem de ser vendido, por não haver possibilidades de o manter. Saliu “estou contra o imposto e não contra a proposta em si”.

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Mafalda Inês David Coelho** questionou principalmente atendendo à crise na habitação no nosso país, também devido ao poder central atendendo ao estado de edificação do edificado, qual o levantamento empreendido pelo Município, pela Proteção Civil neste sentido e aferir se houve efetivamente essa majoração, se foi feito levantamento e qual aplicabilidade tributária e efetivamente do Município. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou que lhe fizesse chegar, essa questão por escrito. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Ricardo José Martins Simões**, congratular também por esta iniciativa essencial para os proprietários que tenham prédios urbanos, “temos de nos preparar para o futuro”, pois estamos a beneficiar a população, mas não podemos esquecer que a população está demasiada envelhecida. Chamou a atenção para a necessidade de aferir se há edifícios que necessitem de obras no imediato, pondo em risco a própria população. Devia ser afixada uma taxa adjacente, que está contemplada em lei para essas edificações e possivelmente já poderia ser feito esse levantamento e sinalizar essas edificações que estão em risco de cair. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal, senhor Professor **António Conceição Henriques David**, considerou ser uma medida que vai realmente ajudar os residentes, no entanto os prédios rústicos não dão rendimento, são encargos, considerando que não houve nenhuma sensibilidade para diminuir este imposto. Ainda que se há proprietários que tem rendimento, há outros que só têm despesas com estas parcelas que herdaram ou compraram e que é necessário fazer diversas limpezas anualmente, trazendo um custo a crescido. A taxa sobre os prédios rústicos também ser reduzida. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.ª **Maria Teresa Denis da Silva**, referiu que para além dos prédios devolutos, lhe faz confusão também ver, tantas lojas no centro da vila encerradas. Questionou se esses também não deveriam ter alguma taxa. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, referiu ser matéria que vem falando há 18 anos, considerando que as pessoas de certo modo fazem alguma confusão com os prédios degradados e os devolutos. Que as para as Câmaras municipais é mais um imposto e que não podem abolir o IMI dado ter sido criado pelo estado. Disse concordar com o Eng.º Nelson que se pudesse abolir o IMI, que também o fazia. Dissertou sobre esta matéria, concordando com o referido pela Dr.ª Mafalda que deu exemplo fazer parte do requisito de habitação e da Dr.ª Teresa ao dar outro exemplo de espaços maravilhosos na vila, os quais estão fechados e são os devolutos, pois estão fechados há mais de um ano, por opção do proprietário, não têm faturas de água, luz e telecomunicações. Para estes a lei também faculta ao município uma majoração negativa, para situações de prédios degradados que ameacem ruínas e a Câmara tem algumas políticas no orçamento pretendendo adquirir alguns edifícios e fomentar o mercado do arrendamento, ser uma excelente política de adquirir edifícios e recuperá-los para os colocar no mercado, pois faz todo o sentido que ao mesmo tempo que majora positivamente beneficie quem coloca os apartamentos, casas ou lojas no mercado do arrendamento, também penalizasse quem por opção própria não o faça. Lamenta que em Pedrógão, com os sítios excepcionais e que por opções dos donos, que apesar de legítimo, não têm de estar no mesmo patamar daquele proprietário que arrisca não receber a renda, ver o seu prédio a degradar-se e não pode ser tratado de igual modo, ainda no sentido das outras políticas habitacionais e do arrendamento, inclusivamente andar a falar não só de degradados, mas principalmente dos devolutos. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal senhor **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, disse que o IMI é um instrumento que a lei permite e ser efetivamente relevante para o orçamento. Que se falou nos devolutos e que a Câmara tem agora uma oportunidade para identificar os prédios devolutos. Questionou se há justiça nas avaliações e que só gostava que fosse tratado linearmente, todos por igual. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, explicou que essa avaliação é feita no site das Finanças, só o próprio é que há pode pedir, inclusivamente que há vários simuladores e ver se facto compensa ou não pedir. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, dirigiu-se ao vereador Senhor Eng.º **Nelson David Fernandes** e passando a ler o extrato da ata de 26 de outubro de 2023 “O Vereador, Nelson David Fernandes, interveio e declarou que vota contra com declaração de voto porque considera o I.M.I. um imposto injusto e acha que o Município de Pedrógão Grande devia usar as ferramentas legais ao seu dispor para não contribuir para este imposto, que sublinhou considera injusto”. -----

-----O Vereador Eng.º **Nelson David Fernandes**, referiu novamente que “votei contra o imposto não contra a proposta” e ter solicitado uma correção à ata na reunião seguinte e que não viu refletida. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, referiu que a Mesa é responsável por verificar a legalidade das propostas e “se me diz que contesta esta deliberação, e que está aqui irregularmente, agora pergunto-lhe: Aceita ou não esta proposta?” e “Aceita que não há nenhuma ilegalidade nesta proposta?” -----

-----O Vereador Eng.º **Nelson David Fernandes**, respondeu que “Aceito a proposta, embora não concorde com o imposto”. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, solicitou que fique registado em ata. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta de “**Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2024**”, tendo sido **aprovada por maioria com catorze (14) votos a favor e três (03) abstenção**, a taxa de **0,80%**, para **prédios rústicos**; a taxa de **0,30%** para **prédios urbanos**; fixar uma **minoração de 30%** da taxa de

IMI a **todos os prédios urbanos inscritos até 1970**, ou reconhecidos como tal se omissos, alvo de obras sujeitas a controlo prévio pela Câmara Municipal, pelo período de cinco anos a contar da data de autorização de utilização/conclusão dos trabalhos, sendo excluídas as situações de obras isentas de controlo prévio e/ou de escassa relevância urbanística, devendo este benefício ser solicitado pelo munícipe anualmente, nos termos do artigo 112º, nº 6 do Código do IMI; fixar uma **redução de 20%** na taxa de IMI, a **todos os prédios urbanos que sejam alvo de arrendamento** comprovado legalmente, devendo este benefício ser solicitado pelo munícipe anualmente, nos termos do artigo 112º, nº 7 do Código do IMI; fixar uma **majoração de 30%** na taxa de IMI, a **todos os prédios urbanos degradados**, considerando como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumprem satisfatoriamente a sua função, ou possam pôr em perigo a segurança de pessoas e bens, devidamente fundamentada por parecer da Câmara Municipal/proteção Civil nos termos do artigo 112º, nº 8 do Código do IMI; fixar uma **redução da taxa** que vigorar no ano a que respeita o imposto, aos **imóveis destinados a habitação própria e permanente** coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que compõe o agregado familiar do proprietário, de acordo com a tabela constante no artigo 112º- A do CIMI -Nº de dependentes a cargo e dedução fixa em euros: 1--20€, 2 --40€, 3 ou mais --70€.

3.7.- “Situação Económica e Financeira do Município de Pedrógão Grande”, dados referentes ao 1º Semestre de 2023, para conhecimento.

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, informou ser este ponto apenas para conhecimento, questionando quem pretende intervir.

-----O Presidente da Câmara Dr. **António José Ferreira Lopes**, informou o que está aqui em questão é “termos aqui umas obras ainda as do Elsa e Fabien e a sua execução ultrapassa 2023, estando a propor-se a passagem de uma parte desta despesa para 2024. A construção da ponte da Ribeira do Nodel e a construção da ponte da Nossa Senhora da Piedade que atrasou, porque necessitava dum parecer, terminando em 2024”.

-----O Membro da Assembleia Municipal senhor Eng.º **Luís Miguel Pereira Crespo**, referiu ser uma boa notícia, considerando que se vem já arrastando alguns anos e questionou se a obra que se vai fazer, só estava com financiamento até ao final do ano, considerando haver alguma discrepância.

3.8.- Apresentação, discussão e votação da “Proposta de Revisão orçamental nº 4 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Pedrógão Grande para 2023, com impacto em anos seguintes.”

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a **“Proposta de Revisão orçamental nº 4 ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Pedrógão Grande para 2023, com impacto em anos seguintes”**, tendo sido **aprovada por maioria, com dezasseis (16) votos a favor, uma (01) abstenção.**

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal uma pausa de cinco minutos para falar com colegas da bancada.

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, informou que a mesa da Assembleia Municipal verificou que os documentos apresentados continham uma assinatura incorreta, pelo que solicitou ao executivo que corrija as assinaturas em conformidade, aceitando, no entanto, esta proposta para votação uma vez que há deliberação do órgão executivo e parecer do advogado. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, disse que no seu entendimento a deliberação do executivo de 14/12 sanou por ratificação os vícios da reunião anterior onde se verificou o impedimento. Tratando-se de documentos assinados na reunião de 30 de novembro contendo a assinatura de quem ali não podia participar e participou no executivo na reunião onde precedeu ao saneamento do vício ter feito assinar nova documentação. Porém tal matéria não foi objecto de discussão e o orçamento e o documento não foi aprovado na reunião de 14/12 antes sim se sanou a irregularidade pelo que compreende porque não foi corrigido. Por outro lado, também não viria mal ao mundo, se o executivo rasurasse a assinatura da impedida em conformidade com o ponto 1 e 2 da reunião de 14/12 no sentido de expurgar todas as referências à eleita Natércia Rodrigues. Existindo parecer jurídico a pugnar pela validade da solução preconizada pelo executivo não tem o mesmo objecto em aprovar o documento em sede de Assembleia. Mais referiu que a questão dos impedimentos é pessoal a pessoa em causa vereadora do partido socialista, a eleita, é que tem de saber que não pode tomar posse no órgão executivo e na junta de freguesia. Deve, pois, o Partido Socialista explicar aos seus candidatos o regime de impedimento de incompatibilidade. Prosseguiu disse se a bancada do partido socialista não concorda com a solução apresentada pelo executivo assente no parecer jurídico junto só terá que votar em conformidade e fazer uma declaração de voto. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, referiu não interessar de quem é a culpa, só quer estar confortável a votar o documento, e que não haja nenhum ato administrativo que o impeça. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Eng.º **Luís Miguel Pereira Crespo** ausentou-se da sala. -----

3.9.- Apresentação, discussão e votação da proposta do “**Mapa de Pessoal para o ano de 2024**”. -----

-----Sobre esta matéria a senhora Vereadora Eng.º **Dora Cristina Antunes Dos Santos Rodrigues**, aludiu a documentação enviada. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, fez a apresentação desta matéria. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Professor **António Conceição Henriques David**, continua a considerar ser um mapa de pessoal exagerado, gostaria de saber qual é o impacto, relativamente a este quadro. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou à votação a proposta dos “**Mapa de Pessoal para o ano de 2024**”, tendo sido **aprovada por maioria, com dez (10) votos a favor, cinco (05) abstenções dos Membros das bancadas do P.S. e CDS-PP, um (01) voto contra do Membro António da Conceição Henriques David, uma (01) ausência do Membro Luís Miguel Pereira Crespo, que se retirou da sala.** -----

3.10.-Apresentação, discussão e votação da proposta dos “Documentos Previsionais 2024- Grandes Opções do Plano 2024/2028, Normas de Execução Orçamental para 2024 e Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais 2024”. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. **António José Ferreira Lopes**, fez a apresentação desta matéria. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, deu a palavra aos membros da Assembleia Municipal que queiram intervir. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **José Miguel Jesus Pereira Barão** procurou obter alguns esclarecimentos relativamente às responsabilidades contingentes, responsabilidades estas relacionadas com acontecimentos passados, mas que podem ter um impacto futuro nos recursos financeiros disponíveis. Em relação aos programas náuticos para as várias estações do ano, questionou de que forma estes programas serão materializados e operacionalizados, de modo a se poder retirar o máximo proveito das duas Albufeiras existentes no concelho. Questionou ainda se o subsídio a conceder à Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande contempla a participação e apoio no prejuízo da valência do Jardim de Infância daquela Instituição. Defendeu que a verba atribuída à Santa Casa é manifestamente insuficiente, nomeadamente no ano de 2024, em que aquela Instituição irá realizar um investimento superior a 2 milhões de euros nas obras de requalificação do Lar, além de ser o segundo maior empregador do concelho e ter um conjunto de valências que vão desde a primeira infância à terceira idade. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr.^a **Maria Teresa Denis da Silva**, referiu a sua preocupação relativamente à verba ser reduzida para aquela Instituição, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia. ---

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Rui Miguel Morgado Capitão**, referiu ter sido foi o único a votar contra a criação da APIN, referiu os “municípios pagarem a água mais cara e termos o mesmo prejuízo quando a água era nossa”. Disse ter solicitado ao senhor Presidente todas as atas da APIN a fim de verificar esta matéria. -----

----Referiu o orçamento ser um programa e que seria bom que se conseguisse executar. Haver uma verba que se destaca que ocupa 45%, 6 milhões para a requalificação da Escola C+S, referiu não estar contra, mas considerou ser muito dinheiro para um edifício, e em sua opinião o “que interessava saber é quantos alunos temos, como é que eles estão, como é que está o nível de ensino, isso é que é importante, a base humana”.

-----O Membro da Assembleia Municipal senhor **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, referiu ser o orçamento um instrumento mais importante do Município, e que são opções políticas e responsabilidade da Câmara executar, fazendo votos que efetivamente se execute, para que o concelho tenha futuro. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, referiu “estamos a falar de um dos documentos mais importantes que é o orçamento. Queria felicitar o senhor Presidente pela exposição relativamente a este documento, queria agradecer aos técnicos que o elaboraram. É um documento extenso, um documento estratégico. Em termos políticos é da responsabilidade do executivo, as opções, as orientações e o que vão executar. O equilíbrio orçamental continua positivo, mas a folga prevista para 2024 é pequena, cerca de 24.000 €. A execução mais difícil é da parte de capita, sobretudo na despesa. De referir o contributo para a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, que poderia ser maior, atendendo ao elevado investimento previsto de cerca de 2 milhões e 100 mil euros com financiamento da Segurança Social, sendo atualmente o segundo maior empregador do concelho e é uma Instituição marcante para este concelho, em termos estruturais. Temos de estar conscientes que o investimento que vai ser

realizado é, talvez, o maior investimento dos últimos tempos neste concelho. Desejo um Feliz Ano Novo e que este Orçamento seja executado. -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Dr. **António José Figueira Domingues**, referiu: -----
-----"No seguimento do orçamento proposto à Assembleia Municipal, julgo que é de todo importante detalhar o orçamento definindo claramente as Grandes Opções do Plano e o impacto que pretendemos que esse investimento tenha ao nível do desenvolvimento do concelho. -----
-----Estando em discussão um orçamento anual de 14.726.515,00€ para o ano de 2024 era importante que se aproveitasse esta oportunidade para ver definidas as prioridades para o desenvolvimento do concelho. Infelizmente este documento não é mais do que uma resenha de rúbricas e números, que não nos transmite nada acerca dos grandes investimentos a realizar nos próximos anos, apenas retrata o óbvio e não acrescenta nada acerca das prioridades de investimento do concelho. -----
-----Se olharmos para o descrito no Orçamento e nas GOP – Grandes Opções do Plano, os únicos valores descritos acerca da sua função são o orçamento para os gastos com pessoal, que se regista uma evolução positiva ascendendo a 3.613.482,00€ e o valor que vai ser transferido para as Juntas de Freguesia, no valor de 150.000,00€, algo muito parco para um documento que se pretende que seja estratégico. Apenas podemos teorizar acerca da utilização de mais algumas verbas quando olhamos para o Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano. É de espantar a reduzida importância dada às atividades económicas de recordar que está previsto nas Grandes Opções do Plano para 2024 o valor de 13,00€ para investimento na Agricultura e para Investimento na Indústria o valor de 2.503,00€. -----
-----Assim, no essencial dos mais de 14,5 milhões de euros previstos em orçamento, só um valor muito reduzido está definido a que se destina, em que inclusive o valor para aquisição de bens de capital que reflete uma verba de 6.653.137,00€ apenas está descrito que se destina a infraestruturas e outros equipamentos coletivos. -----
-----A boa notícia deste orçamento é que está prevista uma verba muito significativa para a área do Turismo, onde está previsto um valor de 1.283.545,00€ sendo que mais uma vez não está descrito a que essa verba se destina. -----
-----Esta carência de informação, não nos deixa tranquilos relativamente ao futuro da região, pois não conhecemos as prioridades ao nível da Ação Social (mormente sobre os idosos), educação, emprego ou apoio à atividade económica, quer seja Agrícola, Industrial, Comercial, Serviços e até Turismo. -----
-----Numa circunstância em que temos finalmente uma Zona Industrial, mas em que não existem empresas a laborar, nem temos perspetiva de quando será e em que o investimento para a sua dinamização e promoção é apenas de míseros (2.503,00€). Numa altura em que voltamos a ter a floresta completamente desregulada e em que naturalmente temos de ter receio de que a tragédia de 2017 volte a ser uma realidade, faz-nos receio que não tenhamos nenhuma estratégia nem investimento, e que os 13,00€ previstos em orçamento faça-nos antever o pior. -----
-----Só no Turismo temos uma aposta efetiva, aparentemente, pois a não existência de um Plano Estratégico em que se evidencie as prioridades e o aproveitamento aos múltiplos recursos existentes na região (Nacional 2, Turismo Religioso, Turismo de natureza, recolha de ervas aromáticas, micologia, barragem, parque de campismo, etc.) também não nos deixa tranquilos relativamente ao desenvolvimento desta atividade. Também o aspeto que antevê a proteção dos jovens e dos idosos, o não existir uma política de incentivo à natalidade e fixação das populações, o não termos um apoio efetivo às famílias e o incentivo a que os alunos do básico permaneçam na região, são demonstrações da falta de política para os jovens. Pior ainda, a política perante a terceira idade em que o investimento e articulação com as estruturas locais para termos um registo das necessidades da população idosa é premente pois só assim teremos uma região ativa, solidária e cuidadora dos nossos progenitores! -----
-----Temos potencial, mas não temos políticas, tudo o que temos são atividades pontuais sem articulação entre entidades o que torna todo o investimento pouco produtivo, é sem dúvida premente que tenhamos

um fórum de trabalho coletivo entre todas as entidades da região, que envolva IPSSs, Associação Empresarial, Bombeiros, Escola Profissional, Atores Religiosos e Entidades Públicas. -----

----Mas não deixa de ser um documento muito rico e que nos permite refletir sobre um conjunto de situações, pelo que passo a colocar ao Senhor Presidente do Município de Pedrógão Grande, as seguintes questões: -----

1. Os investimentos relativamente às transferências correntes (813.000,00€), o relatório só explica 150.000,00€ que vão para as juntas, para onde vai o resto do investimento? (Pág. 27); -----
2. Os juros pagos pela câmara passam de 26.151,00€ em 2023 para 101.401,00€, sendo que no mapa de dívida esta só aumenta cerca de 1.000.000,00€ (em 2023 está previsto 1.676.574,63€ e em 2024 o valor previsto é de 2.527.105,26€) porquê de os juros aumentarem tanto, por causa da EURIBOR, outra explicação (Pág. 27)? -----
3. A Aquisição de bens de capital, que tem um valor bastante significativo 6.653.137,00€ e não é minimamente explicado na página 29, quais são as grandes opções em termos de investimento? -----
4. Relativamente às grandes Opções do Plano (GOP), na página 30 estão definidos, mas não devidamente enquadrados, pelo que é necessária alguma explicação, nomeadamente: -----
 - a. Ensino Não Superior 514.816,00€ de que investimento se trata? -----
 - b. Serviços auxiliares de ensino 2.974.348,00€ (suponho que tem um investimento de 2.586.856,00 na escola básica Miguel Leitão de Andrade), será, para fazer o quê? e o restante valor é para quê? -----
 - c. Desporto, recreio e lazer, 196.450,00€ para investir em quê? -----
 - d. Desenvolvimento agrícola, 13,00€ é para comprar herbicida para as ervas daninhas? -----
 - e. Indústria, 2.503,00€? Que investimento é este na Indústria? -----
 - f. Transportes Rodoviários, 802.257,00€ sendo que destes apenas 55.000,00€ serão para transportes escolares (Pág. 10/27 do Resumo Orçamental das GOP), e o restante valor é para gastar em quê? -----
 - g. Turismo, 1.283.545,00 onde será gasto todo este investimento? É no "lago verde"? -----
5. Pág. 9/27 do Resumo Orçamental das GOP, está previsto um encargo com as instalações de 220.000,00€ onde é o investimento? -----
6. Pág. 11/27 do Resumo Orçamental das GOP, existe uma rubrica de 130.000,00€ para estudos, pareceres, projetos e consultoria, de que se trata? -----
7. Pág. 12/27 do Resumo Orçamental das GOP, está previsto 180.000,00€ para Trabalhos Especializados de que se trata? -----
8. Pág. 15/27 do Resumo Orçamental das GOP, está previsto um valor de 250.000,00€ para cobertura de prejuízos, refere-se quê? -----
9. Pág. 18/27 do Resumo Orçamental das GOP, está previsto um valor de 575.000,00€ para aquisição de imóveis, de que se trata? -----
10. Pág. 18/27 do Resumo Orçamental das GOP, está previsto o valor de 65.000,00€ para Conservação e Reparação da residência de estudantes, vai acontecer efetivamente, é para fazer o quê e quando? -----
11. Pág. 20/27 do Resumo Orçamental das GOP, Conservação e beneficiação de pavimentos está previsto 400.000,00€ onde será? -----
12. Pág. 21/27 do Resumo Orçamental das GOP, Ampliação e remodelação da rede elétrica, 45.000,00€ onde será? -----
13. Pág. 22/27 do Resumo Orçamental das GOP, Infraestruturas, supõe-se na Zona Industrial, de que se trata? Estão previstos 180.361,00€. -----

----No nosso entender, o documento é parco em explicações, pelo que consideramos que se trata quase de um cheque em branco, pois não explica minimamente onde são gastos valores importantes, para além de estarem valores em rubricas, que se pode supor, mas não se tem a certeza. -----

----Uma pergunta e um desafio, para quando um estudo estratégico acompanhado de um plano de ação que direcione a região para um desenvolvimento efetivo que consiga trilhar caminhos de desenvolvimento económico e social, criando emprego e dando segurança a jovens e a idosos? Este devia ser o nosso desígnio

e infelizmente este documento Orçamento e Grandes Opções do Plano não dá resposta cabal às necessidades da região! -----

-----O Membro da Assembleia Municipal senhor **Américo Augusto da Fonseca Rocha**, disse querer associar-se também à matéria da Santa Casa da Misericórdia e o que foi reivindicado pelo José Miguel Barão, está inteiramente acordo é uma instituição de importância capital para o concelho quer na empregabilidade quer na assistência que faz e que nos honrar todos. -----

-----Deliberação: Após apresentação e apreciação o senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia colocou á votação as propostas dos **Documentos Previsionais 2024 - Grandes Opções do Plano 2024-2028, das Normas de Execução Orçamental para 2024 e Emissão de Autorização Prévia Genérica Favorável à Assunção de Compromissos Plurianuais 2024**”, tendo sido **aprovada por maioria, com dez (10) votos a favor, cinco (05) abstenções dos Membros das bancadas do P.S. e CDS-PP, um (01) voto contra do Membro António da Conceição Henriques David, uma (01) ausência do Membro Luís Miguel Pereira Crespo, que se retirou da sala.** -----

-----O Membro da Assembleia Municipal Professor **António Conceição Henriques David**, fez uma declaração de voto; referindo que não se revê nalgumas opções do plano, e com dúvidas em relação ao modo como foi aprovado no Executivo Municipal. -----

6. Intervenção do Público. -----

-----Presente o munícipe **Hilário Fernandes do Jogo**, referindo estar como representante da Associação da Tojeira, “do povo daqueles lugares” e o assunto que o trouxe a esta sessão da Assembleia Municipal, foi o SNS - Serviço Nacional de Saúde e em destaque “os médicos”. Disse saber, ser tema já abordado, mas que não é demais lembrar que a maior parte, não tem médico de família”, salientando ainda, a necessidade de o Município criar incentivos para “trazer médicos”, pois que seria efetivamente bom, para todos. -----

-----Referiu que em tempos e em companhia do senhor Presidente da Câmara, foram visitar a Albufeira do Cabril e ter ficado “alinhavado”, que se iria lá fazer um parque de merendas, inclusivamente arranjar aquelas estradas, mas que até à presente data, nada foi feito. Salientou, ser uma zona turística até a marginal, à beira da Albufeira, e muito frequentada para as caminhadas, tanto a pé como em barcos, lamentando que só com um carro de tração, é que se consegue percorrer aqueles caminhos. Concluindo que seria efetivamente positivo, fazerem-se aquelas obras, pelo que solicitam que esta matéria, não seja descurada. -----

-----Referiu terem naqueles espaços as festividades anuais, solicitando que fosse reparado o “Barqueiro”, pois seria de igual modo positivo para todos. -----

-----Outra questão, e referindo que a população do lugar da Tojeira está apreensiva, dado haver uma rua, a da taberna e que era antigamente a rua principal, onde estão depositadas várias vigas, algumas inclusivamente até ao alcatrão, sendo que, um carro ligeiro não consegue fazer a sua marcha normal, e piorará em caso de incêndio. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. **Raúl José Piedade Baptista García**, referiu não haver mais intervenções, colocando a votação a aprovação da Ata da presente sessão, por minuta para efeitos imediatos, na sua globalidade e não ponto por ponto. Foi **aprovada por unanimidade.** -----

-----Seguidamente agradeceu a toda a equipa de apoio para a concretização da Assembleia Municipal. Despedindo-se, deu por terminados os trabalhos, às vinte e três horas e trinta minutos. -----

-----Foi lavrada a presente ata e assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O primeiro-Secretário da Assembleia Municipal

O segundo-Secretário da Assembleia Municipal
